

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Estado de Minas Class.: 1246

Data: 31/05/90 Pg.: _____

Reforma acaba com regionais da Funai

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Bernardo Cabral, apresentará hoje ao presidente Fernando Collor um relatório sobre o que foi feito, até agora, em termos de reforma administrativa no seu Ministério. Na ocasião, segundo informou o secretário executivo, Tércio Sampaio Ferraz, será feito um balanço da situação do Ministério antes de 15 de março e a atual, que prevê o corte de 30% de seu corpo funcional.

Dentro da proposta de completa reformulação por que passam os órgãos vinculados ao Ministério da Justiça, Tércio Sampaio Ferraz já admite, por exemplo, a extinção de todas as superintendências regionais da Fundação Nacional do Índio (Funai). No que se refere a esta entidade, especificamente, ele acrescenta que a ordem é emagrecer toda a sua estrutura nas cidades.

Outro problema que vem tomando o tempo dos técnicos do Ministério é o destino que será dado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade. O secretário executivo explicou que, ainda nos estudos feitos no Anexo II do Itamaraty, o "Bolo de Noiva", previa-se a extinção do Cade. Embora esta hipótese não esteja totalmente descartada, Tércio Ferraz disse que as avaliações que vêm sendo feitas apontam para a manutenção do Conselho que funcionaria como um corpo jurídico da Secretaria Nacional de Defesa Econômica.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), é outra estrutura que tem que ser totalmente revista, segundo avalia o secretário. Atualmente, esse conselho é uma entidade que apenas recebe de-

núncias e solicita providências através de cartas. Tércio Ferraz considera que, com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público, o CDDPH poderá atuar de uma maneira mais efetiva diante destas denúncias. Eles funcionariam como braços do conselho para atuar nos locais onde houvesse a violação dos direitos humanos, acrescentou.

Tércio Sampaio Ferraz disse ainda que todas as novas estruturas dos órgãos vinculados ao Ministério da Justiça já estão prontos. Bastam apenas alguns detalhes que precisam ser definidos, segundo ele. Disse também que algumas demissões de funcionários ou colocação em disponibilidade deverão ocorrer até o próximo dia 18 de junho, mas não soube especificar números.